

'Leasing' camuflou grandes fortunas

■ Parlamentares acusados de corrupção faziam negócios complicados para burlar fisco

BRASÍLIA — Os parlamentares acusados de atos de corrupção na Comissão de Orçamento apelaram largamente para o *leasing* — arrendamento de bens com opção de compra ao término do contrato — como forma de camuflar vertiginosos aumentos de patrimônio nos últimos anos. A revelação é de um integrante da subcomissão patrimonial e fiscal da CPI do Orçamento. A subcomissão já reuniu evidências, por exemplo, de que o luxuoso apartamento do líder do PMDB, Genivaldo Correia (BA), no Jardim Apitema, em Salvador, embora esteja formalmente sob regime de *leasing*, pertence efetivamente ao deputado.

“Os esquemas utilizados para esconder o enriquecimento rápido e sem explicação são praticamente os mesmos que foram usados pelo PC Farias. Um dos recursos mais usados é o do *leasing*”, disse um parlamentar que examinou as declarações de bens de diversos acusados. Aviões, automóveis, fazendas, apartamentos e lojas são apresentados como sendo arrendados quando fazem do parte do

patrimônio dos parlamentares acusados de integrarem a rede de corrupção da Comissão de Orçamento. Os contratos de *leasing* são fictícios, para que as declarações de bens não evidenciem um enriquecimento inexplicável nos últimos anos.

No *leasing*, as prestações mensais pagas pelo arrendatário no período de duração do contrato são abatidas no fim, quando ele tem a opção de compra do bem desde que pague a diferença do preço total. No caso de aviões, esse tipo de procedimento tem uma dupla serventia: além de camuflar patrimônio, serve para enviar dólares para o exterior, como ocorria com a empresa Brasil Jet, de PC Farias.

Imóvel pago — O líder do PMDB na Câmara, em suas declarações de renda, garante que o espetacular apartamento de quatro quartos em que mora no Jardim Apitema, um dos pontos mais exclusivos de Salvador, avaliado por corretores em torno de US\$ 400 mil, ainda está sendo pago através de um contrato de

leasing. A subcomissão, porém, tem informações de que o imóvel já foi inteiramente pago. Há versões, inclusive, de que a quitação do apartamento teria sido feita em dólares.

Integrantes da subcomissão estão também convencidos de que alguns parlamentares suspeitos de corrupção compraram imóveis e outros bens no exterior para dificultar que a Receita Federal, confrontando as declarações de renda e de bens, pudesse caracterizar enriquecimento ilícito. Estão sendo feitos contatos com a Associação Internacional dos Procuradores, com sede em Chicago, para que a entidade apoie a CPI, investigando junto a cartórios das principais cidades do mundo se os acusados compraram imóveis em seus nomes ou de seus parentes nos últimos anos. “Esses documentos são de domínio público e poderemos facilmente ter acesso a eles”, disse um integrante da subcomissão. As embaixadas brasileiras poderão ser acionadas informalmente para prestar sua colaboração nessas pesquisas.